



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
QUARTA CÂMARA CÍVEL

## **DECISÃO MONOCRÁTICA**

**Apelação Cível nº 0002094-67.2015.815.0141**

**Origem** : 1ª Vara da Comarca de Catolé do Rocha

**Relator** : Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho

**Apelante** : F P G dos Santos Silva

**Advogado** : Gideon Benjamin Cavalcante – OAB/PB nº 8751

**Apelado** : Banco do Brasil S/A

**Advogado** : Rafael Sganzerla Durand OAB/PB nº 211.648 -A

**APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER 9DESCUMPRIMENTO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL) C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA PRETENDIDA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. ARGUMENTAÇÃO QUE NÃO AFRONTA DIRETAMENTE AS PREMISSAS DO PROVIMENTO HOSTILIZADO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INOBSERVÂNCIA PELA EMPRESA APELANTE EM SEDE RECURSAL. APLICAÇÃO DO ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO CONHECIMENTO DO RECLAMO.**

- De acordo com o art. 932, III, do Código de Processo Civil, incumbe ao relator “não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamento da decisão recorrida”.

- Não tendo a parte recorrente tecido argumentação que afronte diretamente as premissas do provimento hostilizado, padece o reclamo de regularidade formal por inobservância ao princípio da dialeticidade, sendo o caso, por conseguinte, de seu não conhecimento.

Vistos.

Trata-se de **APELAÇÃO** ofertada por **F.P.G dos Santos Silva**, fls. 57/60, desafiando sentença, fls. 52/54, prolatada pelo Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Catolé do Rocha, que, nos autos da **Ação Ordinária de Obrigação de Fazer (Descumprimento de Acordo Extrajudicial) c/c Pedido de Antecipação da Tutela Pretendida, Revisional e Prestação de Contas e Danos Morais** proposta em face do **Banco do Brasil S/A**, assim decidiu:

Fixado em tal argumentação, e diante da clarividência dos fatos, **JULGO IMPROCEDENTE OS PEDIDOS INICIAIS**, nos termos do art. 487, I, do CPC/2015.

Em suas razões, a **recorrente**, após um breve resumo da lide, pugna pela reforma do *decisum*, aduzindo que a importância reivindicada na inicial encontra respaldo “no fato de que vigoram no direito brasileiro, como vigas mestras de sustentação das relações jurídicas, os princípios da liberdade de contratar e do efeito vinculante dos contratos”, fl. 59. Desta feita, requer que o promovido seja compelido a cumprir com a obrigação de fazer pactuada entre as partes e, como consequência, ser condenado em danos morais.

Contrarrazões ofertadas pelo **Banco do Brasil S/A**, fls. 60/84, requerendo a manutenção do *decisum* em todos os seus termos.

Feito não remetido ao **Ministério Público**, tendo-se

em vista o não preenchimento das hipóteses elencadas no art. 178, do Novo Código de Processo Civil, consubstanciado, ainda, no art. 169, §1º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

É o RELATÓRIO.

## DECIDO

F P G dos Santos Silva ingressou com a presente **Ação Ordinária de Obrigação de Fazer (Descumprimento de Acordo Extrajudicial) c/c Pedido de Antecipação da Tutela Pretendida, Revisional e Prestação de Contas e Danos Morais**, em face do **Banco do Brasil S/A**, narrando ter realizado compromisso de pagamento nº 201500317645 com a instituição financeira, conforme documento de fls. 20/21, no valor de R\$ 8.175,10 (oito mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos), ficando acertado que tal quantia seria adimplida em cinco parcelas de R\$ 1.635,02 (hum mil seiscentos e trinta e cinco reais e dois centavos).

Alegou, outrossim, que apesar de ter quitado a primeira parcela, ao verificar o extrato da conta, observou que o demandado não abateu a prestação paga, mas amortizou o saldo devedor, descumprindo, assim, o ajuste das partes.

Decidindo o feito, o Magistrado entendeu que o promovente não cumpriu com o acordo entabulado, motivo pelo qual julgou improcedente o pedido, dando ensejo ao presente apelo.

De início, impende consignar que, dentre os vários princípios a regular a sistemática processual dos recursos cíveis, o da **dialeticidade** se apresenta como um dos mais relevantes, porquanto se traduz na necessidade de a parte insatisfeita com o provimento judicial apresentar a sua irresignação através de um raciocínio lógico e conexo aos motivos elencados no decisório combatido, de modo a possibilitar à instância recursal o conhecimento pleno das fronteiras do descontentamento.

No mesmo sentido, orienta **Nelson Nery Júnior**:

Princípio da dialeticidade. De acordo com este princípio, exige-se que todo recurso seja formulado por meio de petição na qual a parte, não apenas manifeste sua inconformidade com o ato judicial impugnado, mas também, necessariamente, indique os motivos de fato e de direito pelos quais requer o novo julgamento da questão nele cogitada. Na verdade, trata-se de princípio ínsito a todo processo, que é essencialmente dialético. (**Apud Fredie Diddier Jr., In. Curso de Direito Processual Civil, 3ª edição, 2007, p. 55).**

Ocorre que mencionada conduta não foi adotada pela empresa insurgente no caso telado, já que essa não impugnou, de forma específica, os fundamentos declinados pelo Magistrado de primeiro grau, ou seja, não teceu argumentação que afronte diretamente as premissas da sentença desafiada.

Digo isso, pois, diante da decisão que lhe foi desfavorável, a reclamante, ao interpor o recurso apelatório, optou simplesmente por requerer a modificação da sentença, nos termos do pedido contido na inicial, sustentando, para tanto, que nas relações jurídicas deve prevalecer os princípios da liberdade de contratar e do efeito vinculante dos contratos, razão pela qual afirma que deve ser julgado procedente o pedido exordial, para que a instituição financeira seja obrigada a cumprir o acordo firmado entre as partes e, conseqüentemente, condenada em danos morais.

Assim, em não apresentando motivação relativa aos fundamentos da sentença, a recorrente violou o princípio da dialeticidade, ensejando o não conhecimento do seu recurso.

Justiça:

Transcrevo decisão proferida por esta Corte de

APELAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. COMPROVAÇÃO DE EXCESSO NO CÁLCULO DA PRESTAÇÃO. VALOR DIVERGENTE DA TARIFA PACTUADA. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA A QUO. AUSÊNCIA DE ATAQUE A PARTE DA DECISÃO QUE NÃO LHE FOI FAVORÁVEL. OFENSA AO PRINCÍPIO PROCESSUAL DA DIALETICIDADE. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DO ART. 932, III, DO NCPC. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. - Prescreve o art. 932, III, do CPC, que incumbe ao relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida". In casu, o apelo não se credencia ao conhecimento da Corte, eis que não impugna especificamente as razões da sentença, incorrendo em manifesta infração ao princípio da dialeticidade. Com efeito, compulsando-se a petição do recurso, observa-se que o recorrente dirige seu inconformismo contra temas desconexos com a sentença, insuficientes, pois, para atacar os fundamentos da decisão recorrida. Recurso não conhecido, nos termos do artigo 932, inciso III, do CPC. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00678353720148152001, - Não possui -, Relator DES. JOÃO ALVES DA SILVA, j. em 13-07-2018).

Portanto, não tendo a parte apelante respeitado o comando contido no art. 1010, III, do Código de Processo Civil, por ter deixado de atacar, especificamente, a sentença que julgou improcedente seu pedido, impossível se torna conhecer o presente recurso.

Outrossim, registre-se que o juízo de admissibilidade, quanto à apreciação de todos os pressupostos recursais, é matéria de ordem pública, devendo ser apreciado pelo órgão julgador, independente do requerimento das partes.

Por fim, prescreve o art. 932, III, do Código de Processo Civil, que incumbe ao relator “**não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida**”.

Ante o exposto, **NÃO CONHEÇO DO PRESENTE APELO.**

Providências necessárias.

João Pessoa, 31 de julho de 2018.

**Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho**  
**Desembargador**  
**Relator**